



TEMPO
Nuvens: 5/16
Ponto: 17h43
Máxima: 18°
Mínima: 15°

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS: R\$ 3,00

JORNAL meionorte

ANO XX - Nº 8505 - TERESINA (PI), SEXTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2015



ANTONIO OLIVEIRA

FOLHA DE PESSOAL

Governo projeta que em 2016 os gastos com a folha de pessoal devem crescer 12%, assim, cada medida pede uma análise minuciosa da equipe econômica do Estado

Governo projeta alta de 12% nos gastos em 2016

FRANCY TEIXEIRA
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Piauí recebeu na manhã de quinta-feira, dia 05, uma reunião técnica para discutir mudanças na carreira e na estruturação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros no Piauí. No encontro, o superintendente do Tesouro Estadual, Emílio Jr., revelou que a Governo projeta que em 2016, os gastos com a folha de pessoal devem crescer 12%, assim, cada medida pede uma análise minuciosa da equipe econômica.

"Na verdade, alguns aumentos que foram autorizados para serem concedidos em 2015 o Estado parcelou, concedeu metade desse aumento, a outra metade vai ser dada a partir do início do próximo ano, e quando for comparada com a folha de 2015, nós já temos uma previsão de aumento em torno de 12% com gastos de pessoal no próximo ano", detalhou.

A abrangência da discussão passa pela garantia dos



REUNIÃO na Alepi discutiu reestruturação da carreira dos policiais no Piauí

convênios e empréstimos já conceituados. "Essa é a preocupação da Secretaria de Fazenda, na verdade, qual é a preocupação nossa? Não fazer que a gente ingresse nesse limite de proibição, pois se a gente ingressar, além de ficar impedido de dar aumento, fazer promoções, nomeações e tudo, você fica impedido inclusive de receber as operações de crédito que vem com recursos externos, que é como o Estado pode trabalhar com novos investimentos, inviabilizaria a gestão do Es-

tado como um todo", pontuou.

Anteprojeto

Com a presença maciça dos representantes dos policiais militares e bombeiros foi apresentado o anteprojeto que prevê a promoção de 2.871 homens e a contratação de 700 agentes ao ano, de modo que no prazo máximo de quinze anos o efetivo de militares ultrapasse 15,6 mil. Tanto os parlamentares da Casa quanto o Governo elogiaram a iniciativa, contudo, o superintendente Emílio

Parcelamentos de reajustes e aumentos salariais já apontam para uma alta de 12% na folha

Jr. esclareceu os motivos que levam o Executivo a protelar decisões que afetem diretamente o erário.

Atento às explicações, o presidente da Comissão de Segurança, Firmino Paulo (PSDB) destacou o maior desejo do grupo, corroborando para a necessidade de expansão do diálogo, tendo em vista as dificuldades advindas da crise econômica mundial. "Apresentamos a importância dessa reestruturação e das promoções, queremos chegar ao patamar de mais de quinze mil homens no efetivo", descreveu. Tal direcionamento foi absorvido pelo deputado estadual Aluísio Martins (PT), que também esteve presente no encontro. "É um trabalho muito bem feito, com certeza vamos lutar para levar essa questão ao Governo", disse.

EM BUSCA DO EQUILÍBRIO

Antecipando-se às discussões previstas na Assembleia, o governador Wellington Dias; os secretários de Governo, Merlong Solano; Fazenda, Rafael Fontelles; e Planejamento, Antônio Neto se reuniram com o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Luciano Nunes, para tratar das dotações dispostas no Orçamento Geral do Estado para 2016. O encontro amplia o canal aberto pelo gestor em torno da negociação dos percentuais, igual mecanismo será adotado no Legislativo no próximo dia 18, onde deverá ser realizada uma audiência pública com todos os entes envolvidos pela proposta. Apesar do Piauí apresentar uma situação mais favorável na comparação com os demais Estados, o momento ainda é preocupante, por isso a defesa é pelo entendimento, de modo que seja garantida a manutenção do equilíbrio conquistado nos últimos meses. No diálogo leva-se em conta a conjuntura econômica e financeira de 2015 e as perspectivas para 2016. A essência é que o Piauí tenha condições, pelo Executivo, de dar continuidade à estratégia que garantiu uma situação melhor que a de outros estados, mantendo a tabela de pagamentos em dia, cumprindo os compromissos assumidos, emfim, sem paralisar o Estado. Isso porque a necessidade de qualquer que seja o Poder não pode se sobrepor, deve se equilibrar, as necessidades básicas, vitais à vida, dos que compõe o serviço público e dos que indiretamente sobrevivem do repasse dos vencimentos dos servidores do Estado.

CUMPRINDO A LRF

O cumprimento estrito dos limites exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) conduzem a preocupação do Governo quanto ao orçamento do próximo ano. Com os gastos na folha de pessoal estrangulando a capacidade de investimentos, cabe ao Estado apostar nos recursos conquistados por meio de convênios e empréstimos com outros entes, processo possível apenas com a manutenção da regularidade.

CUMPRINDO A LRF - II

"Tivemos que fazer uma série de negociações com servidores e em relação à nomeação de concursados, para chegar ao equilíbrio financeiro. Estamos no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal e precisamos continuar esse esforço. Claro que a palavra final sobre o orçamento é da Assembleia, mas é importante manter esse diálogo", ponderou o governador Wellington Dias.

PREVIDÊNCIA

Há uma Orientação Normativa do Ministério da Previdência Social, que obriga o repasse das contribuições aos Fundos Financeiro e Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social do Estado. Visando atender à norma, o Governo do Estado apresentou o Projeto de Lei nº 53/2015, que prevê o parcelamento de débitos oriundos de contribuições devidas e não repassadas pela administração direta, autárquica e fundacional dos poderes legislativo, executivo e judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.

CERTIFICADO

Os valores em aberto foram relacionados em recente auditoria realizada pelo Ministério da Previdência Social, que constatou débitos entre setembro de 2009 e dezembro de 2014. O parcelamento proposto pelo Governo do Estado é de até 60 prestações mensais iguais. "A regularização é imprescindível para que o Piauí não perca o Certificado de Regularidade Previdenciária", explicou o secretário de Governo, Merlong Solano.

Superintendente prega cautela com LRF

Ciente do teor do anteprojeto que beneficia os policiais militares e bombeiros, o superintendente do Tesouro Estadual, Emílio Jr. explanou a atual situação do Piauí, indicando que apesar do equilíbrio alcançado nos últimos meses, é necessário manter a cautela, de

modo que o Estado não ultrapasse o limite permitido pela LRF (lei de responsabilidade fiscal) e consequentemente, fique impedido de realizar diversas transações com a União.

Em relação ao pleito nós não vamos entrar no mérito, que o mérito é justo, ele vai a trazer benefícios para a sociedade piauiense, agora, nesse momento os números mostram, da nossa economia, re-

ferente a 2015 nós já estamos com limite estrangulado em relação a gastos com pessoal", explicou.

De acordo com o representante governista, a perspectiva é que no próximo quadrimestre os índices sofram uma elevação, o que pede ainda mais atenção da equipe governista. "A perspectiva para o próximo quadrimestre é que tende a aumentar ainda mais esse li-

mite, então nesse momento para a gente conversar sobre isso é muito difícil para o Estado", impôs.

Com o alerta, a discussão pode ficar para o próximo ano. "Para 2016 a gente já começa a perceber como se comporta a economia nos primeiros meses do ano e com certeza o governador vai ter clareza para trabalhar muito bem essa questão", relatou. (F.T.)